

Japão regista recorde de exportações

Comércio ■ O Japão registou um recorde de exportações em 2024, tendo o seu défice comercial diminuído 44% em relação ao ano anterior. As exportações da terceira maior economia do mundo totalizaram 107,9 biliões de ienes (663,9 mil milhões de euros), ultrapassando a marca dos 100 biliões de ienes pelo segundo

ano consecutivo, e o maior valor registado em dados comparáveis, que remontam a 1979, informou o ministério das Finanças nipónico. O défice comercial, que mede o valor das exportações menos as importações, caiu para 5,3 biliões de ienes (32 mil milhões de euros), de acordo com dados do governo, apesar do valor das importações ter aumentado devido ao aumento dos custos da energia e à inflação crescente em todo o mundo.

3,6

Engenharia ■ A produção mundial de engenharia mecânica deverá recuperar 3,6% em 2025, após uma leve contração de -0,9% em 2024. Este crescimento será impulsionado pelos Estados Unidos e pela região da Ásia-Pacífico.

Preço por metro quadrado continua nos 665 euros

Habitação ■ O preço por metro quadrado para efeitos de IMI e da avaliação fiscal dos imóveis vai manter-se inalterado nos 665 euros em 2025, sendo este o terceiro ano com o mesmo valor, segundo uma portaria publicada, na quinta-feira. "A presente portaria mantém

em vigor os valores aplicados durante o ano de 2024 que, por sua vez, foram os mesmos aplicados no ano de 2023", lê-se no diploma assinado pela secretária da Estado dos Assuntos Fiscais, Cláudia Reis Duarte, e na quinta-feira publicado em Diário da República. Em causa está o valor médio de construção por metro quadrado que em 2023 foi fixado em 532 euros.

Elevada dívida pública da zona euro complica emissão conjunta

Contas nacionais ■ Sugestão de Draghi esbarra em entraves políticos e também no elevado rácio de dívida pública conjunta da UE e zona euro, ainda bem acima do limite de 60% definido em Maastricht.

João Barros
jbarros@medianove.com

O bloco da moeda única está em linha para cumprir parte das regras orçamentais que impõe aos seus Estados-membros em 2024, a referente ao limite de 3% para o défice, mas continua a registar um rácio de dívida bastante acima do referencial de 60%. Tal complica ainda mais um consenso político para a emissão de dívida conjunta, como recomendou Mario Draghi, numa altura em que a UE se foca na recuperação do investimento.

O saldo orçamental da zona euro no final do terceiro trimestre até melhorou em relação ao período anterior, passando de uma situação deficitária de 3,1% para 2,6% e voltando assim a valores consistentes com as regras orçamentais de Maastricht, entretanto atualizadas, mas mantendo o referencial em 3% de défice. Foi uma melhoria conseguida à custa da subida das receitas dos Estados, enquanto a despesa se manteve inalterada, e que permite algum otimismo quanto ao regresso a valores abaixo de 3% no final do ano.

Por outro lado, a dívida conjunta manteve-se bastante acima dos 60%, um valor que a zona euro nunca respeitou desde a introdução da moeda única. O rácio nem



No conjunto, a zona euro continua sem respeitar as regras orçamentais que definiu para si própria

se alterou em relação ao mês anterior, mas permanece em 88,2% – sendo que a maioria do bloco, ou doze países, registam leituras acima de 60% neste indicador, incluindo as quatro maiores economias europeias (Espanha, França, Itália e Alemanha).

Perante este cenário, o economista e professor universitário Pedro Brinca começa por sublinhar a evolução positiva de ambos os indicadores, que mostram uma tendência descendente, mas nem por isso deixa de



Mario Draghi
Antigo presidente do Banco Central Europeu

considerar que a UE enfrenta "perspetivas bastante negras".

A foco da política económica comunitária está claramente colocado na competitividade e recuperação do investimento inovador, levantando questões sobre como financiar estes objetivos. Para Mario Draghi, a solução passaria por emitir dívida conjunta, tal como foi feito na pandemia – mas esta prestação orçamental complica esta estratégia.

"O maior problema disto é o obstáculo que cria ao que Draghi

propôs para a Europa", argumenta, ressaltando que "sem disciplina orçamental não há dívida conjunta que seja possível". O cenário é agravado ainda mais pela instabilidade política na Alemanha e pelos problemas estruturais em Itália e França.

Ainda assim, Portugal merece destaque nos dados divulgados pelo Eurostat esta quarta-feira: além de ser dos poucos países com um saldo orçamental positivo no terceiro trimestre, registou a maior descida do rácio de dívida em cadeia e a segunda maior em termos homólogos, ultrapassado apenas pela Grécia.

Além disso, a economia nacional é a única a registar uma descida do stock absoluto de dívida em cadeia e em termos homólogos, o que espelha o esforço de consolidação nacional.

Esta semana viu ainda o Conselho da UE a dar 'luz verde' aos planos de despesa de médio-prazo dos 21 países que compõem a zona euro, incluindo o português.

Portugal compromete-se assim a respeitar a trajetória das despesas líquidas correspondente a um crescimento médio de 3,6% do indicador ao longo dos anos 2025-2028, isto com base no pressuposto que o crescimento do PIB potencial diminuirá gradualmente de 2,4% em 2024 para 1,6% até 2028. Do lado da dívida, a expectativa é que se mantenha o rácio de descida dos últimos anos, prevendo-se uma leitura de 83,2% do PIB no final do período de ajustamento.

Países como Itália e França submeteram pedidos de extensão do ajustamento para sete anos, uma possibilidade prevista com as alterações desenhadas no ano passado às regras de Maastricht. Estas economias ficam assim obrigadas a um conjunto de reformas e investimentos a cumprir e que justificam a prorrogação do prazo.